



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL
EDITAL 04/2021**

NOME:

RG:

DATA: 06/12/2021

PROVA A ASSISTENTE SOCIAL

1) A sociedade capitalista se desenvolve por meio da produção coletiva da riqueza gerada pelos trabalhadores e pela apropriação privada dessa riqueza pelos proprietários dos meios de produção. A questão social é indissociável dessa forma de organização na medida em que o capital promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social ao mesmo tempo em que destitui o trabalhador dos meios de produção, expandindo e aprofundando as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Nessa perspectiva, é correto afirmar que a questão social, compreendida como conjunto das expressões das desigualdades econômicas, expressa a configuração da sociedade:

- (a) humanitária.
- (b) empreendedora.
- (c) de classes.
- (d) solidária.

2) Na atualidade, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos na luta pelo reconhecimento aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. A tendência de naturalizar a questão social vem acompanhada por um processo de criminalização das classes subalternas. Em uma clara evocação do passado, instala-se uma prática repressiva às chamadas classes perigosas, que acabam por conviver com programas sociais focados no combate à pobreza extrema. Atribuir unicamente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas pode ser uma das armadilhas que envolvem a análise da questão social, própria da:

- (a) tendência socialista.
- (b) vertente transformadora.
- (c) postura utópica.
- (d) ótica liberal.

3) Pobreza, exclusão e vulnerabilidade são termos amplamente utilizados nas análises e produções teóricas sobre as políticas sociais, passando a assumir vários significados. No que se refere ao conceito de vulnerabilidade, a perspectiva que a situa na zona intermediária de falta de integração social do indivíduo, combina duas dimensões que dão significado à vulnerabilidade: a precariedade de trabalho e a fragilização de laços sociais. Essa perspectiva entende ainda a vulnerabilidade como posição extrema na qual o indivíduo, além de vulnerável, estaria fora do alcance das instituições sociais, que denomina:

- (a) desfiliação.



- (b) submissão.
- (c) negligência.
- (d) isenção.

4) Um dos dez direitos socioassistenciais do SUAS - Sistema Único de Assistência Social prevê a garantia aos cidadãos e cidadãs à melhor qualidade de vida por meio do alcance à moradia digna, trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável. Tal previsão compreende o Direito:

- (a) do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade.
- (b) à proteção social por meio da intersetorialidade das políticas públicas.
- (c) de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva.
- (d) ao uso dos serviços ou benefícios conforme livre arbítrio e necessidade.

5) Diversamente do cunho preventivo da Proteção Social Básica (PSB) da Assistência Social, a Proteção Social Especial (PSE) está direcionada a famílias e indivíduos em situação instalada de risco pessoal ou social, cujos direitos estão ameaçados ou violados. Os serviços que compõem a PSE são diferenciados nas respostas às situações específicas e estão organizados de acordo com níveis de complexidade. Os serviços de alta complexidade ofertam atendimento as famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou sob ameaça, prevendo:

- (a) sua assistência integral.
- (b) a adequação social.
- (c) seu bem-estar social.
- (d) o convívio solidário.

6) O Protocolo de Gestão Integrada, aprovado pela Resolução nº 07/2009 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), tem como objetivo disciplinar a integração da gestão dos serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Um dos objetivos da gestão integrada é o de pactuar entre os entes federados, os procedimentos que garantam a oferta de serviços socioassistenciais para os indivíduos e as famílias beneficiárias de forma:

- (a) alternada.
- (b) ordinária.
- (c) prioritária.
- (d) complementar

7) É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território brasileiro, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 8.662/1993. De acordo com o artigo 5º (IV) da referida Lei, realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social constituem:

- (a) atividades ordinárias do exercício da profissão.
- (b) atribuições privativas do Assistente Social.



- (c) alternativas colocadas a esse profissional.
- (d) estratégias profissionais prioritárias.

8) O Assistente Social, em seu trabalho profissional com indivíduos, grupos e famílias, inclusive em equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, tem suas habilidades, competências e atribuições previstas na lei e nas normativas que regulamentam a profissão. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 569/2010, vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional a realização de terapias individuais, grupais e/ou comunitárias é:

- (a) permitido.
- (b) recomendado.
- (c) autorizado.
- (d) vedado.

9) A Resolução CFESS nº 489/2006, veda ao assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação em relação à livre orientação sexual. Em seu artigo 5º, a referida Resolução estabelece o dever do profissional de denunciar as pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas, sejam assistentes sociais ou não, que sejam coniventes, pratiquem atos ou que manifestem qualquer conduta relativa a preconceito e discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo:

- (a) à autoridade policial.
- (b) ao Ministério Público.
- (c) ao Conselho Regional de Serviço Social.
- (d) à Defensoria Pública.

10) A Resolução CFESS nº 556/2009 estabelece procedimentos para efeito da lacração de material técnico e sigiloso do Serviço Social, em caso de demissão ou exoneração do assistente social. Estabelece ainda a referida resolução, em seu artigo 6º, que em caso de extinção do Serviço Social da instituição, o procedimento do profissional responsável pelo serviço em relação a toda documentação produzida, que pela natureza sigilosa de seu conteúdo requeira medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação, poderá ser de:

- (a) incineração, com imediata comunicação ao CRESS.
- (b) destinação aos representantes legais da instituição.
- (c) entrega à área de memória técnica, até a data da extinção.
- (d) arquivamento em local reservado para tal.

11) O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto social, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. O número de famílias que vivem no território constitui parâmetro para estimar-se a capacidade de atendimento anual do CRAS. Isso não significa que todas as famílias referenciadas precisam ser obrigatoriamente inseridas nas



ações do CRAS; o atendimento pelo Serviço deve ser de total interesse e concordância das famílias,

- (a) desde que possuam o NIS.
- (b) precedido da análise da equipe técnica.
- (c) mediante autorização do órgão gestor.
- (d) acompanhado de parecer do Conselho.

12) Em relação ao Código de Ética Profissional, no Capítulo III, no que se refere às relações com assistentes sociais e outros/as Profissionais, é dever do Assistente Social:

- (a) Mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as.
- (b) Substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.
- (c) Pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega.
- (d) Intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro/a profissional, salvo a pedido desse/a profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao/à profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

13) Em relação ao código de ética profissional, no título III, no que se refere às relações com os usuários, é incorreto afirmar que é dever do Assistente Social:

- (a) Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.
- (b) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- (c) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- (d) Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

14) O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 07/12/1993. Mediante a legislação do BPC-LOAS, é correto afirmar que:

- (a) Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu cancelamento automático no município e em toda a região com tal estrutura.
- (b) O Benefício deve ser revisto a cada 04 (quatro) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- (c) O Benefício será considerado permanente quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.



(d) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

15) A partir das lutas revolucionárias do final do século XVIII, criou-se na Europa um movimento intelectual que teve sua maior expressão na França, palco de grande desenvolvimento da Ciência e da Filosofia. Além disso, teve grande influência no contexto cultural, social, político e espiritual em diversos países. Pode-se dizer que foi um processo desenvolvido para corrigir as desigualdades da sociedade e garantir os direitos naturais do indivíduo, como a liberdade e a livre posse de bens. As informações acima se referem ao movimento chamado:

- (a)** Ilusionismo
- (b)** Materialismo
- (c)** Iluminismo
- (d)** Individualismo

16) É um modelo de atendimento feito pelo Serviço Social que compreende a questão social como núcleo de formação do ser humano e como elemento de constituição das relações entre o profissional, a instituição, o cidadão e a realidade social. Esse atendimento analisa e intervêm na realidade social da pessoa interessada, e de acordo com suas necessidades, define estratégias de intervenção social para a situação problema apresentada. As informações acima se referem ao Atendimento chamado de:

- (a)** Atendimento Profissional
- (b)** Atendimento Privado
- (c)** Atendimento Individual
- (d)** Atendimento Processual

17) No que se refere a projetos e programas em Serviço Social, é correto afirmar que projeto:

- (a)** São atividades coordenadas para alcançar objetivos específicos, busca a resolução das necessidades apresentadas pela população.
- (b)** É o aprofundamento do plano, podendo também ser definido como um conjunto de projetos que visam alcançar objetivos mais amplos nas políticas públicas.
- (c)** São atividades coordenadas, porém não alcança objetivos específicos.
- (d)** É um documento mais abrangente e genérico, indica a sequência, as providências e os responsáveis das ações concernentes aos programas e projetos introduzidos dentro de uma determinada política.

18) Com relação às alterações das políticas sociais na constituição federal vigente, é correto afirmar que:

- (a)** Não houve nenhum tipo de conquista no campo dos direitos sociais, pois a classe política partidária dominou tudo.
- (b)** Foi fruto do protagonismo da sociedade civil nos anos 1980, ampliou algumas conquistas no campo dos direitos sociais, previu a descentralização e municipalização das políticas sociais, instituiu Conselhos de Políticas e de Direitos.



(c) Foi fruto da atuação dos partidos políticos que visavam apenas a garantir interesses partidários na questão das políticas sociais.

(d) Houve apenas a privatização dos direitos políticos partidários, onde somente o político tem voz ativa.

19) A ciência tem comprovado que existem alimentos que, ao serem consumidos, possuem propriedades anti-inflamatórias que ajudam o organismo a combater inflamações e a fortalecer a imunidade, sendo eles: açaí, mangarataia, manga, guaraná, abacate, entre outros. Assim como existem alimentos, muitos deles industrializados e processados, que, ao serem ingeridos em excesso, podem aumentar os processos inflamatórios. Dentre estes, encontram-se:

(a) coco, uva e abacaxi

(b) pimenta vermelha, gengibre e açafrão

(c) brócolis, tomate e espinafre

(d) salsicha, salaminho e toucinho

20) O superaquecimento global tornou-se uma preocupação mundial e a busca de soluções para resolver o problema move cientistas, chefes de estado, ambientalistas e a imprensa internacional. As notícias de que o desmatamento da floresta amazônica tem se intensificado nos últimos meses desencadearam debates internacionais sobre em que medida esse fato pode aumentar a crise:

(a) climática mundial

(b) comercial nacional

(c) industrial internacional

(d) econômica continental